



253

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO N.º 316454 - 1 (0055700- 61.2010.8.17.0001)

Apelante: Rivaldo Barros da Silva Júnior.

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Comarca de Origem: Recife (3ª Vara Criminal)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

Revisor: Des. Antônio de Melo e Lima.

Procurador(a) de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

**EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL.
APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO QUALIFICADO (157,
§2º, INCISOS I, II DO CÓDIGO PENAL). ABSOLVIÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE. AUTORIA COMPROVADA..
REDUÇÃO DA PENA. IMPOSSIBILIDADE.
INVIALIBIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Crime nº 0316454-1, da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital, em que figuram como partes o apelante **Rivaldo Barros da Silva Júnior** e, apelado o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 24 / 09 / 2014, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, mantendo-se todos os termos da sentença ora recorrida, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 24 de 09 de 2014.

Des. Antonio Carlos Alves da Silva
Relator



245
ph

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO N.º 316454 - 1 (0055700- 61.2010.8.17.0001)

Apelante: Rivaldo Barros da Silva Júnior.

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Comarca de Origem: Recife (3ª Vara Criminal)

Relator: Des. Antonio Carlos Alves da Silva.

Revisor: Des. Antônio de Melo e Lima.

Procurador(a) de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto pela defesa de **Rivaldo Barbosa da Silva Júnior**, qualificado às fls. 02 dos autos, contra decisão do Juízo da 3ª Vara Criminal da Comarca da Capital, que o condenou a pena definitiva de 08 (oito) anos, 06(seis) meses e 20(vinte) dias de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, e a pena de 30(trinta) dias multa no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, por violação ao artigo 157, §2º, incisos II (fato um) e art. 157, §2º, I (fato dois), c/c art. 71, parágrafo único, todos do Código Penal. Fls. 182/185 v

Narra a denúncia que na manhã do dia 07 de setembro de 2010, por volta das 09h30, na filial da Farmácia Guararapes, situada na Rua Carlos Pereira Falcão, nº 136, Boa Viagem, nesta cidade, o denunciado Rivaldo Barros da Silva Júnior, em comunhão de desígnios com terceira pessoa ainda não identificada e agindo mediante grave ameaça, que consistiu na simulação de estar armado, roubou do aludido estabelecimento comercial a quantia de R\$ 896,00 (oitocentos e noventa e seis reais) em espécie, referente ao apurado daquela manhã e da noite anterior.

Consta ainda que, cinco dias após o fato acima narrado, ou seja, na manhã de 12 de setembro de 2010, por volta das 07h50, Rivaldo Barros retornou ao citado estabelecimento comercial, desta feita fazendo uso de uma arma de fogo de cor preta, provavelmente um revólver, e anunciou o roubo, obrigando que os funcionários da loja fossem até o primeiro andar e lhe trouxessem todo o apurado referente às vendas realizadas na sexta feira e no sábado. (fls. 02/05)

Inconformada, a defesa alega em suas razões recursais, que as provas carreadas nos autos, em especial o depoimento das testemunhas, não são concludentes em relação a participação do acusado no delito. Assenta principalmente seu argumento no fato de que uma das testemunhas (em número de três) afirma que não esteve presente no dia em que ocorreram os delitos, tendo as demais afirmado que "reconheceram o acusado pela fresta da porta na delegacia de polícia".



246
Pju

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Assim, conclui que, restando configurada tal dúvida em relação a autoria do delito, posto que a dúvida, juntamente com o princípio da presunção da inocência, não daria margem a decisão outra que não a absolvição do réu, requer a aplicação do princípio *in dubio pro reo*. Subsidiariamente requer seja revista a dosimetria da pena, ao argumento de que o juiz singular fixou a pena base bem acima do mínimo legal. Requer ainda a exclusão da qualificadora do § 2º, art. 157 (incisos I e II) do CPB, vez que não foi encontrada com o apelante qualquer arma de fogo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público, em suas contrarrazões, requer a manutenção integral da sentença, e argumenta que as testemunhas presenciaram os fatos cometidos e apontam com segurança como sendo o apelante autor dos delitos. Fls. 226/231

Os autos foram encaminhados à douta Procuradoria de Justiça, sendo oferecido parecer da lavra da Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba, no sentido de se negar provimento ao recurso, mantendo-se incólume a sentença vergastada.

É o relatório. À douta Revisão.

Recife, 9 de 7 de 2014.

Des. **Antônio Carlos Alves da Silva**

Relator



254

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

APELAÇÃO N.º 316454 - 1 (0055700- 61.2010.8.17.0001)

Apelante: **Rivaldo Barros da Silva Júnior.**

Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Comarca de Origem: Recife (3ª Vara Criminal)

Relator: **Des. Antonio Carlos Alves da Silva.**

Revisor: Des. Antônio de Melo e Lima.

Procurador(a) de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba.

ÓRGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO - MÉRITO

Sr. Presidente, Sr. Desembargador, Sr (a). Procurador (a) de Justiça.

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conhece-se do recurso interposto.

Como visto, requer o apelante a reformulação da sentença para absolvê-lo por não existirem provas que o incriminem. Alternativamente, a redução da reprimenda.

Analisando-se o pleito defensivo, quando busca primeiramente a absolvição do apelante, sob o argumento de negativa de autoria da prática do delito de roubo qualificado, percebe-se que é impossível dar-lhe guarida.

A materialidade encontra-se comprovada pelo Boletim de Ocorrência (fls. 09/10) pelo reconhecimento fotográfico (fls. 32 e 35), e ainda pelos depoimentos das testemunhas colhidos durante a fase investigativa e quando da instrução criminal.

Quanto a autoria, embora tenha sido negada pelo apelante, esta resta comprovada nos autos através dos depoimentos testemunhais. Vejamos:

O apelante, Rivaldo Barros da Silva Júnior, na delegacia, negou a prática delituosa, assim declarando que "(...) **já foi preso junto com BRUNO – na ocasião do dia 06/09/2009 – quando ambos foram acusados pelo crime de Porte Ilegal de arma; (...) QUE, nunca praticou assaltos com Bruno; QUE, nunca assaltou a Farmácia Guararapes; (...)**". fls. 29/30

Em juízo, o apelante optou por permanecer em silêncio: "(...) **que cientificado do seu direito de silêncio encartado na Carta Política Constitucional do país, o interrogando resolveu exercê-lo, dando por encerrado o presente interrogatório.**(...)" Fls. 148/148 v



255

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

MÁRIO RICARDO GOMES DOS SANTOS afirmou perante o juízo que:

"(...) que não era economicamente viável colocar sistema de vigilante em todas as farmácias; que em razão disso, o depoente decidiu colocar câmeras de segurança como forma de identificar as pessoas que vinham assaltando de forma reiterada as farmácias do grupo; que confirma o depoente os dois assaltos que tratam esses processos; que os assaltos ocorriam no período da manhã; que confirma as descrições que fez à polícia civil quando depôs as fls. 17 dos autos, relativo às pessoas que assaltaram a farmácia, conforme se observavam das imagens das câmeras; que o depoente pegou uma das imagens do assalto, conforme se observam das imagens das câmeras; que o depoente pegou uma das imagens do assalto ocorrido em uma das farmácias no município de Olinda e entrou a polícia; que por essas imagens a polícia civil identificou o acusado prendendo-o posteriormente; (...) que só reconheceu o acusado em razão das imagens fornecidas pelo CD da câmera de segurança. (...) Fls. 130/130 v ✓"

A testemunha **ZUÍLA DE ALMEIDA COSTA** em juízo declarou que:

"(...) presenciou os dois roubos descritos na denúncia; que reconheceu o acusado pela fresta da porta na delegacia de polícia; que tem certeza absoluta de que a pessoa reconhecida praticou o roubo descrito na denúncia; que apontou a fotografia número 02, na folha 35 como sendo a do autor dos roubos descritos na denúncia; que na execução do primeiro roubo o acusado levantou a camisa, não vendo a depoente se ele estava armado; que estavam presentes, quando do primeiro assalto, a depoente e Silvana; que o acusado levou quase novecentos reais; que as pessoas comentaram que uma pessoa em uma moto vermelha dava cobertura ao acusado; que o acusado voltou ao estabelecimento 05 dias depois; que o acusado voltou armado; que o acusado agia como se soubesse dos procedimentos adotados pela farmácia; que o acusado mandou a depoente subir e apanhar o apurado que estava no primeiro andar; que foram dominados pela ação do acusado Douglas, a depoente e uma cliente; que o acusado exigiu os celulares dessas três vítimas, mas não conseguiu levar; (...) que o acusado trazia um capacete na mão e não se preocupava em esconder o rosto; que o acusado era gordo, baixo, tinha barbichinha e luzes no cabelo.(...)" Fl.80

A também testemunha **SILVANA OLIVEIRA E MELO** disse em juízo

que" (...) somente presenciou o roubo praticado no dia 07 de setembro, pela manhã; que reconheceu o denunciado com certeza na delegacia de polícia; que viu o acusado na delegacia pela fresta da porta; que o acusado levantou a camisa e mostrou algo que seria uma arma; que o acusado levou o dinheiro do caixa e o restante e que estava lá dentro; que não sabe precisar qual o total levado pelo acusado; que o acusado entrou na loja sozinho; que não sabe se terceira pessoa dava cobertura ao acusado do lado de fora da farmácia; que soube que o acusado voltou na loja no domingo seguinte ao dia do primeiro roubo e novamente assaltou a farmácia; que sabe que o acusado usou uma arma no segundo assalto e que havia cliente na loja; que o acusado não era branco, era gordinho, tinha uma barbicha; que o acusado usava bermuda e boné. (...) Fls. 80/80 v

No caso em análise, as testemunhas afirmam ter sido o acusado o autor do assalto à farmácia Guararapes, bem como a existência da arma de fogo ou ao menos a simulação realizada pelo delinquente com o fim de aterrorizar as vítimas, diminuindo sua resistência. Afirmaram ter reconhecido um réu na delegacia. A terceira testemunha diz ter reconhecido o réu das gravações feitas dos assaltos realizados em outras farmácias os quais foram efetuados com o mesmo *modus operandi*, razão pela qual a prova testemunhal é aqui apta a permitir a aplicação da qualificadora.



256

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Conclui-se, portanto que todos os elementos convergem com as demais provas carreadas aos autos, as quais autorizam afirmar a participação do apelante na prática delituosa narrada na exordial.

Insurge-se a defesa quanto ao reconhecimento feito pelas testemunhas, aduzindo que tal reconhecimento gera dúvidas no concernente à autoria do delito, inobstante o fato de haverem elas declarado "reconheceram o acusado pela fresta da porta na delegacia de polícia", consta também do depoimento de **Zuila de Almeida Costa** (fls. 26/28) que na delegacia "lhe foram apresentadas diversas fotografias do acervo desta especializada, tendo a depoente RECONHECIDO, COM CERTEZA E SEGURANÇA, a pessoa aqui identificada como RIVALDO BARROS DA SILVA JÚNIOR" (fls. 28); estando o auto de reconhecimento fotográfico presente nos autos (fls.32).

O mesmo reconhecimento por foto foi realizado pela testemunha **Silvana Oliveira de Melo**, cujas declarações prestadas encontram-se reduzidas a termo às fls. 33, in verbis: (...) "*QUE, nesta especializada foi mostrado um álbum contendo diversas fotografias de vários indivíduos, e dentre eles a declarante Reconheceu com Certeza e Segurança a pessoa aqui identificada por RIVALDO BARROS DA SILVA JÚNIOR, vulgo 'JÚNIOR DA BARREIRA' (...) como sendo o indivíduo que praticou o assalto*" (fls. 34), constando também o auto de reconhecimento fotográfico, realizado na constando também o auto de reconhecimento fotográfico, realizado na ocasião (fls. 35).

O reconhecimento fotográfico, desde que esteja em consonância com o conjunto probatório presente nos autos, é meio apto a comprovar a autoria.

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. MALFERIMENTO AO ART. 226 DO CPP. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DO ACUSADO FEITO NA FASE INQUISITORIAL POR MEIO DE FOTOGRAFIA (...). 2. Este Superior Tribunal sufragou entendimento "no sentido de que o reconhecimento fotográfico, como meio de prova, é plenamente apto para a identificação do réu e fixação da autoria delituosa, desde que corroborado por outros elementos idôneos de convicção" (HC 22.907/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 04/08/2003), (...). (STJ, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 04/02/2014, T6 - SEXTA TURMA). (grifo nosso).

Quanto ao pedido da desconsideração da majorante presente no parágrafo segundo do art. 157 do CPB, este tribunal prestigia o entendimento de que é prescindível a apreensão e perícia da arma de fogo utilizada no crime, desde que as provas carreadas nos autos indiquem a utilização de arma de fogo - ou



257

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

simulação de posse de arma de fogo – para inibir a reação da vítima, como demonstram os recentes julgados:

PENAL. PROCESSO PENAL. ROUBO. AUSÊNCIA DE PROVAS. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO PELAS VÍTIMAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. ARMA DE FOGO. PRENSCINDIBILIDADE DE APREENSÃO E PERÍCIA. PROVA TESTEMUNHAL. IMPROCEDÊNCIA. INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA. APELO DESPROVIDO. UNANIMIDADE. Nos crimes de natureza patrimonial, a palavra da vítima ganha relevância, principalmente quando em sintonia com as demais provas. In casu, as vítimas reconheceram os Acusados como autores dos fatos a eles imputados. É desnecessária a apreensão e perícia da arma de fogo para o reconhecimento da majorante prevista no artigo 157, § 2º, I, do CP, quando possível demonstrar seu uso efetivo através de outros meios de prova. Apelação desprovida. (TJ-PE - APL: 110551720088170810 PE 0011055-17.2008.8.17.0810, Relator: Fausto de Castro Campos, Data de Julgamento: 17/04/2012, 1ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 79/2012).

PENAL - RECURSO DE APELAÇÃO- ROUBO QUALIFICADO - USO DE ARMA DE FOGO - AUSÊNCIA DE APREENSÃO OU PERÍCIA NA ARMA SUPOSTAMENTE UTILIZADA - DECOTE DA MAJORANTE - IMPOSSIBILIDADE. A falta de apreensão da arma de fogo utilizada no crime é suprida pelas palavras da vítima e pelos demais elementos probatórios que ensejam a aplicação da majorante do art. 157, § 2º, I, do Código Penal. (...) (TJ-PE - APL: 1228993720098170001 PE 0122899-37.2009.8.17.0001, Relator: Antônio de Melo e Lima, Data de Julgamento: 26/07/2011, 2ª Câmara Criminal, Data de Publicação: 141/2011).

É cediço que nos crimes contra o patrimônio a palavra da vítima tem relevante valor probante, desde que segura e coerente com os demais elementos dos autos, senão vejamos:

"A palavra da vítima, quando se trata de demonstrar a ocorrência de subtração e do reconhecimento da autoria de um roubo, é de suma valia. Ela é a pessoa que possui contado direto com o roubador ou com os roubadores. Se o delito é praticado na presença de outras pessoas, os depoimentos destas são importantes para robustecer as declarações da



258

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

vítima. Se o delito é praticado sem que outra pessoa o presencie, a palavra da vítima é que prepondera. **A preponderação resulta do fato de que uma pessoa nunca irá acusar desconhecidos da prática de uma subtração, quando esta incorreu.** Não se pode argumentar de acusação motivada por vingança ou qualquer outro motivo, quando os envolvidos não mantêm qualquer vínculo de amizade ou inimizade, quando são desconhecidos entre si". (TACRIM-SP - AC - Rel. Almeida Braga - JUTACRIM 100/250).

É evidente que, na questão em apreço, os depoimentos das vítimas estão em total harmonia com as demais provas colhidas nos autos, consoante acima descrito.

Dentro desse contexto, ao contrário do alegado, o acervo probatório reunido impõe a condenação do denunciado nos termos descritos na sentença.

É que os indícios inicialmente apurados em sede investigatória restaram consubstanciados na instrução criminal, não restando dúvidas de que o apelante, com sua conduta, participou do crime contra o patrimônio consistente em roubo qualificado.

Entendo, igualmente, que a simples negativa do réu não tem o condão de impedir a sua condenação se o acervo probatório é conclusivo no tocante à sua culpabilidade.

Imperativa, portanto, a manutenção da condenação pelo delito de roubo qualificado, tornando descabido o pleito de absolvição, como pretendido pelo apelante.

Aduz ainda o apelante que a pena base restou fixada de modo exacerbado, vez que entende que esta deva ser fixada no mínimo legal.

Necessário se faz aqui uma análise algo mais detalhada do processo de aplicação da pena entre o mínimo e o máximo legal estabelecidos pelo preceito secundário do tipo penal.

A fixação da pena-base segue os critérios estabelecidos no art. 59 do CPB, segundo o qual, o Juiz determinará a quantidade de pena aplicável, dentro dos limites previstos no tipo determinado, que seja necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, observando para tanto às chamadas circunstâncias judiciais, que são descritas no mesmo artigo.

Assim, e em cumprimento ao princípio da individualização da pena – o qual se coaduna com os preceitos de igualdade e justiça – a fixação da pena-base



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE CEP: 50010-040 Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

em valor acima do mínimo legal previsto no artigo que tipifica a conduta praticada é autorizada desde que ao menos uma das já mencionadas circunstâncias judiciais seja desfavorável ao réu, e nenhuma lhe seja favorável.

Em que pese o pleito da defesa no referente a fixação da pena base acima do mínimo legal, entendo que o *quantum* aplicado pelo juízo primevo se adéqua à análise das circunstâncias judiciais acima transcritas, uma vez que fixada em 05 (cinco) anos e 06(seis) meses de reclusão.

Na segunda fase, inexistentes agravantes e atenuantes.

Na terceira fase, presente a causa de aumento prevista no inciso I, do § 2º, do artigo 157, do CP, a pena foi aumentada em 1/3 (um terço), sendo dosada em 07(sete) anos e 04(quatro) meses de reclusão.

Reconhecida a continuidade delitiva prevista no artigo 71, parágrafo único, do CPB, a pena foi aumentada em 1/6 (um sexto), fixando-a definitivamente em **08 (oito) anos e 06(seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão.**

Quanto ao valor da pena de multa também não há o que se modificar, devendo-se manter o *decisum* atacado nesse mister, ou seja, **30 (trinta) dias multa**, na base de um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato para cada dia-multa.

No que tange ao regime de cumprimento de pena, mantenho o estabelecido na sentença, ou seja, inicialmente o **fechado**, levando em consideração as circunstâncias judiciais anteriormente analisadas, nos termos do art.33, §3º do Código Penal.

Mediante tais considerações, em total consonância com o Parecer Ministerial, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO**, mantendo-se a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2014.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva



101
260

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0055700-61.2010.8.17.0001 (0316454-1)

APELANTE: Rivaldo Barros da Silva Júnior

RELATOR: Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

REVISOR: Desembargador Antonio de Melo e Lima

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Judith Pinheiro Silveira Borba

VOTO DO REVISOR

Senhores Desembargadores:

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu Rivaldo Barros da Silva Júnior, contra sentença proferida pelo MM Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Capital, que o condenou à pena definitiva de 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, a ser cumprida em regime inicial fechado, em virtude do cometimento de 02 (dois) roubos circunstanciados, em continuidade delitiva (artigo 157, §2º, I c/c o artigo 71, ambos do Código Penal Brasileiro).

Nas razões de apelação (folhas 226 a 231), a defesa técnica, resumidamente, pugna pela absolvição do apelante, aduzindo insuficiência de provas quanto à autoria delitiva. Subsidiariamente, pede a redução da pena para o mínimo legal e a exclusão da majorante do uso da arma.

O Ministério Público, em suas contrarrazões de folhas 233 e 234, requer seja negado provimento ao recurso, mantendo-se o inteiro teor da sentença.

A Procuradoria de Justiça, em parecer constante às folhas 240 a 242, opina no sentido de ser improvido o recurso de apelação.

Depreende-se da denúncia, acostada às folhas 02 a 05, bem como de todo o acervo documental constante nos autos, que no dia 07 de setembro de 2010, por volta das 09:30 horas, o ora apelante, em comunhão de desígnios com



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

terceira pessoa ainda não identificada, mediante grave ameaça exercida através de simulação de arma de fogo, roubou a quantia de R\$ 896,00 (oitocentos e noventa e seis reais) da Farmácia Guararapes situada à Rua Carlos Pereira Falcão, bairro de Boa Viagem, nesta cidade. Ainda segundo a peça acusatória, apenas 05 (cinco) dias depois, ou seja, na data de 12 de setembro de 2010, o ora apelante retornou ao referido estabelecimento comercial e mais uma vez subtraiu a quantia disponível no caixa daquela farmácia (em torno de R\$ 1.000,00 em espécie), desta feita fazendo efetivo uso de arma de fogo.

Consta que, após a consumação dos roubos, o apelante fugiu do local acompanhado do comparsa, à bordo de uma motocicleta.

Após a instrução criminal, o magistrado sentenciante entendeu que estava provada a autoria e a materialidade do crime, razão pela qual julgou procedente o pedido contido na denúncia e condenou o apelante pelo cometimento dos crimes descritos na denúncia (sentença de folhas 182 a 185). Na referida decisão, o magistrado monocrático entendeu que os roubos foram cometidos em continuidade delitiva, tendo sido aplicado, portanto, a causa de aumento do artigo 71 do Código Penal.

Pois bem.

A materialidade dos crimes de roubo está devidamente comprovada no bojo dos autos.

A autoria delitiva – ponto controvertido neste recurso – por sua vez, em que pese a irresignação recursal, também encontra-se devidamente comprovada. Ao contrário do que sustenta a defesa em suas razões, há provas de autoria mais que suficientes para a condenação do réu Rivaldo Barros da Silva Júnior.

Ouvido perante a autoridade policial (folhas 29 e 30), o apelante negou a prática delitiva. Em juízo, fez uso do direito constitucional de permanecer em silêncio e se negou a responder a quaisquer perguntas (folha 148).



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

Já as senhoras Zuíla de Almeida Costa e Silvana Oliveira de Melo, funcionárias da farmácia vítima, ainda durante o inquérito policial fizeram o reconhecimento fotográfico do ora apelante, “com certeza e segurança”, como sendo o autor dos delitos em tela (folhas 32 e 35).

As referidas testemunhas, que presenciaram o ocorrido, quando de seus depoimentos perante a autoridade judicial, afirmaram:

Zuíla de Almeida Costa (folha 80):

“que presenciou os dois roubos descritos na denúncia; que reconheceu o acusado pela fresta da porta na delegacia de polícia; que tem certeza absoluta de que a pessoa reconhecida praticou o roubo descrito na denúncia; (...); que na execução do primeiro roubo o acusado levantou a camisa, não vendo a depoente se ele estava armado; (...); que o acusado levou quase novecentos reais; que as pessoas comentaram que uma pessoa em uma moto vermelha dava cobertura ao acusado; que o acusado voltou ao estabelecimento 05 dias depois; que o acusado voltou armado; que o acusado agia como se soubesse dos procedimentos adotados pela farmácia; que o acusado mandou a depoente subir e apanhar o apurado que estava no primeiro andar; (...)”

Silvana Oliveira de Melo (folha 80):

“que somente presenciou o roubo praticado no dia 07 de setembro, pela manhã; que reconheceu o denunciado com certeza na delegacia de polícia; que viu o acusado na delegacia pela fresta da porta; que o acusado levantou a camisa e mostrou algo que seria uma arma; (...); que soube que o acusado usou arma no segundo assalto e que havia cliente na loja.”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

Sendo assim, caem por terra as alegações da defesa, a qual tenta pôr em descrédito o reconhecimento do acusado feito pelas funcionárias da empresa vítima. Tudo o que foi exposto até o presente momento demonstra que nos autos foi indubitavelmente comprovada a autoria do crime por parte do ora apelante. Não há que se falar, pois, em absolvição.

A título meramente ilustrativo, mencione-se que, de acordo com a certidão constante nas folhas 135 e 161, o ora apelante responde (ou respondeu) a outros 08 (oito) processos criminais. Diga-se ainda que, quando ouvido perante a autoridade policial, o ora apelante afirmou que já havia sido preso 02 (duas) vezes, por roubo e porte ilegal de arma.

O pleito subsidiário apresentado nas razões também não merece acolhimento.

Quando da dosimetria da pena (folhas 184 e 185), o juízo sentenciante considerou desfavoráveis ao apelante as seguintes circunstâncias judiciais do artigo 59 do CP: culpabilidade (“pois o delito foi praticado quando a loja vítima estava com clientes em seu interior, revelando frieza e premeditação, expondo a risco a integridade de várias pessoas”); circunstâncias do crime (tendo em vista que o crime foi cometido pela manhã, em horário comercial); personalidade e conduta social (por conta da existência de uma condenação em um dos processos criminais a que responde o apelante); e conseqüências do delito (tendo em vista que a *res furtiva* não foi recuperada pela vítima). As demais circunstâncias foram consideradas neutras ou positivas.

Tais considerações levaram o juízo sentenciante a fixar uma pena-base de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão, aumentada de 1/3 (um terço) pelo uso da arma e, finalmente, em 1/6 (um sexto) pelo crime continuado, resultando numa pena total e definitiva de 08 (oito) anos, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão.

Após atenta análise à 1ª fase da dosimetria, entendo que a pena aplicada pelo juízo de 1º grau não merece qualquer reparo. Devo concordar com o magistrado monocrático. De fato, as citadas circunstâncias judiciais podiam – e



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

mais que podiam – deviam ser levadas em consideração de maneira desfavorável ao apelante.

Nessa ordem de ideias, concluo que a pena-base fixada no caso em tela foi estrita e concretamente fundamentada, tendo atendido plenamente aos anseios do princípio da razoabilidade. Levando-se em conta que o crime de roubo é apenado com reclusão de 04 (quatro) a 10 (dez) anos, a pena-base de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses é intermediária e se aproxima muito mais da pena mínima que da máxima abstratamente cominada ao delito.

Quanto às causas de aumento de pena referentes ao uso da arma e do crime continuado, percebe-se que ambas foram consideradas em seu percentual mínimo (1/3 e 1/6, respectivamente).

À propósito, não merece guarida a alegação recursal de que, por não ter sido apreendida arma com o réu, deve ser desconsiderada a causa de aumento de pena prevista no artigo 157, §2º, I do CP.

Em primeiro lugar, deve ser ressaltado que, em depoimento constante nos autos e já aqui referido, pelo menos uma das testemunhas presenciais afirmou que o apelante efetivamente usou arma de fogo na execução de um dos roubos.

Quanto à não apreensão e conseqüente ausência de exame de potencialidade lesiva na sobredita arma, ressalto que o Superior Tribunal de Justiça, reiteradamente, decide no sentido de serem desnecessárias a apreensão e a perícia na arma para aplicação da majorante ao roubo, se o seu uso é comprovado de outras maneiras, como é o caso dos autos. Neste sentido:

“HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO
 ESPECIAL. DESCABIMENTO. ROUBO
 CIRCUNSTANCIADO. ALEGAÇÃO DE
 CONSTRANGIMENTO ILEGAL.
 RECONHECIMENTO DA MAJORANTE DO
 EMPREGO DE ARMA. APREENSÃO E PERÍCIA.
 DESNECESSIDADE. DEMONSTRAÇÃO DA



265

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

LESIVIDADE POR OUTROS MEIOS. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. CRITÉRIO ARITMÉTICO. SÚMULA 443-STJ. ANÁLISE DE MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. OCORRÊNCIA DE SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES.

1. (...).

2. Tomando por orientação os entendimentos reiterados desta Corte e do Supremo Tribunal Federal, é firme a interpretação de serem dispensáveis a apreensão e a perícia da arma utilizada na prática do roubo circunstanciado, quando, por outros meios ficar patente o seu emprego.

3. (...).

4. Habeas corpus não conhecido, por ser substitutivo do recurso cabível.”

(HC 214686/MS. Rel. Min. Moura Ribeiro. 5ª Turma. Julgamento: 01/10/2013. Publicação: 07/10/2013).

Por todo o exposto, em total consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pelo improvimento do recurso**, restando mantidos todos os termos da sentença ora atacada.

É como voto.

Recife, 24 de Julho de 2014.


Desembargador Antonio de Melo e Lima
Revisor